

*Fabiana Noqueira Chaves**

Qual o compromisso das universidades com os direitos humanos das mulheres? Como criar políticas de gênero dentro das instituições públicas de educação superior? Este trabalho pesquisa possibilidades de intervenção da universidade pública na sociedade por meio da educação popular feminista, no que concerne à promoção da igualdade de gênero e ao fim da violência contra as mulheres. Para isso, analisam-se ações adotadas pela Universidade Federal do Acre (UFAC) na “Campanha Estadual pelo Fim da Violência Contra a Mulher”. Essa atividade realiza-se por meio de uma parceria com o governo do Estado do Acre e compõe-se de oficinas que abordam as violências contra as mulheres, a mídia, o feminismo, os avanços legislativos, as responsabilidades dos órgãos públicos e a Lei Maria da Penha, entre outros assuntos. O público-alvo é constituído pela coordenadoria da mulher de cada município, por funcionários públicos que lidam com mulheres em situação de violência, por movimentos sociais e pela sociedade civil. Os 22 municípios do Acre recebem as oficinas, elaboradas pela Secretaria de Estado de Políticas para as Mulheres, em parceria com a Pró-reitoria de Extensão e Cultura (UFAC). A metodologia utilizada é a educação popular feminista baseada na pedagogia de Paulo Freire, visando à construção coletiva de conhecimento e ao despertar do senso crítico do educando por meio de suas próprias experiências. A experiência da Ufac evidencia a necessidade de parcerias para intervenções sociais no âmbito da educação popular. A articulação com a sociedade é essencial para que as políticas permanentes de educação para a igualdade de gênero se efetivem.

Palavras-chave: Educação Popular Feminista. Direitos Humanos das Mulheres. Universidades Públicas.

1 INTRODUÇÃO

Não podemos negar que nas sociedades ocidentais a condição das mulheres progrediu espetacularmente no decorrer do século XX. As mulheres fizeram muitas

* Fabiana possui Mestrado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP) e graduação em Comunicação Social / Jornalismo pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Atua como produtora cultural da Universidade Federal do Acre (UFAC), onde trabalha com educação popular feminista. É pesquisadora do grupo Amajor - Amazônia, jornalismo e ambiente (UFAC/CNPQ), do Núcleo de Estudos de Gênero da Amazônia - Nega (UFAC/CNPQ) e do Centro de Estudos Latino Americanos de Comunicação e Cultura - CELACC (USP/CNPQ).



conquistas, mas ainda têm muitas pela frente. Homens e mulheres, apesar das conquistas femininas, ainda não possuem o mesmo espaço na sociedade.

“Não obstante, vemos claramente que, apesar de diplomas e competências comparáveis, a diferenciação das responsabilidades hierárquicas e das remunerações permanece. A escolha de trajetórias e de carreiras não é igualitária; as condições de vida cotidiana tais como são organizadas e financiadas por nossa sociedade também não o são. Aqui, os partidos políticos desdenham a paridade, preferindo pagar multas a conceder postos elegíveis a candidatas. Ali, redes e confrarias tecem com fios de vidro o telhado invisível que impede mulheres de atingir os pontos mais altos. Assim que o poder se mostra (...) ele continua a usar gravata” (Ockrent.C, 2011, p.15)

Em pleno século XXI, mulheres ainda têm suas vidas ameaçadas pelo fato de serem mulheres. O primeiro direito que se busca, então, é o direito de viver, sem discriminação ligada ao sexo.

São muitas as violências sofridas pelas mulheres em todo o mundo, seja na vida pública ou na vida privada, nos países desenvolvidos ou subdesenvolvidos. Falamos então de violências contra as mulheres, no plural. Humilhação, precariedade, violência conjugal, violência sexual, assédio, prostituição, tráfico de pessoas, abusos, criminalidade, desemprego: as mulheres são sempre as primeiras vítimas.

Para tentar minimizar todos os tipos de discriminações e violências sofridas pelas mulheres, cartas, declarações e instrumentos jurídicos, respaldados pelo movimento feminista, surgiram.

A partir de 1945, a Organização das Nações Unidas (ONU), sob pressão do movimento feminista, contribuiu para inscrever o princípio da igualdade entre mulheres e homens no direito internacional. A carta da ONU tem como objetivo conduzir os estados a eliminarem, em suas legislações, discriminações contra as mulheres e buscar uma política de igualdade. Em 1948 a Declaração Universal dos Direitos Humanos afirma que:

“Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza,



origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição”. (Declaração Universal dos Direitos Humanos, ONU, 1948).

A Conferência Mundial dos Direitos Humanos, realizada em Viena, em 1993, seguiu os preceitos da carta da ONU, porém já especificando a situação de exclusão das mulheres:

“Os direitos humanos das mulheres e das crianças do sexo feminino constitui parte inalienável, integral e indivisível, dos direitos humanos universais. A plena participação das mulheres, em condições de igualdade, na vida política, civil, econômica, social e cultural nos níveis nacional, regional e internacional, e a erradicação de todas as formas de discriminação, com base no sexo, são objetivos prioritários da comunidade internacional” (Conferência Mundial dos Direitos Humanos, Viena, 1993).

A partir dessa conferência, várias outras declarações e instrumentos jurídicos começaram a tratar com especificidade a questão do respeito aos direitos humanos das mulheres: a Conferência Mundial sobre os Direitos das Mulheres, que ocorreu em Pequim em 1995, é um exemplo. A transformação fundamental em Pequim foi o reconhecimento da necessidade de mudar o foco da mulher para o conceito de gênero, reconhecendo que toda a estrutura da sociedade, e todas as relações entre homens e mulheres dentro dela, tem que ser reavaliadas.

Já em 1979, A Convenção das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres é o primeiro documento internacional em que consta, além das especificidades das diversas formas de violências sofridas pelas mulheres, a questão da importância da educação no processo de mudança, se referindo tanto à educação das mulheres, quanto a importância de uma educação que vise à igualdade:

“A eliminação de todo conceito estereotipado dos papéis masculino e feminino em todos os níveis e em todas as formas de ensino mediante o estímulo à educação mista e a outros tipos de educação que contribuam para alcançar este objetivo e, em particular, mediante a modificação dos livros e programas escolares e adaptação dos métodos de ensino”. (Convenção das Nações Unidas sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres, 1979)”

A necessidade de instrumentos jurídicos que venham a minimizar a situação de violência em que vivem as mulheres em nossa sociedade, se deve diretamente a



de exclusão e violência, mas sim como seres humanos espoliados pela lógica mercadológica que invadiu todos os aspectos da vida social e das relações humanas.

“É importante ter sempre claro que faz parte do poder ideológico dominante a inculcação nos dominados da responsabilidade por sua situação. Daí a culpa que sentem eles, em determinado momento de suas relações com o seu contexto e com suas classes dominantes por se acharem nesta ou naquela situação desvantajosa”. (Freire.P, 1996, p.83)

Assim, a educação popular consiste em:

“desafiar os grupos populares para que percebam, em termos críticos, a violência e a profunda injustiça que caracterizam sua situação concreta. Mais ainda, que sua situação concreta não é destino certo ou vontade de Deus, algo que não pode ser mudado”. (Freire.P, 1996, p.79)

Dentre os grupos excluídos, espoliados e violados pela lógica falocêntrica do mercado estão sempre, em primeiro plano, as mulheres. A exploração do homem pelo homem iniciou com a exploração do homem sobre a mulher, e assim seguem todas as formas de violência em que a mulher é educada pela sociedade patriarcal a aceitar seu papel social imposto, sua condição de classe subalterna, de propriedade do homem, sua condição de inessencial.

“A educação, que começa no seio da família e continua ao longo da vida na escola, nos diferentes ambientes sociais e nos meios de comunicação, continua reforçando papeis e padrões culturais machistas, criando estereótipos: para o homem a autoridade, o poder de decisão, a produção de bens, o mundo exterior; para a mulher a obrigação de obedecer, a reprodução da vida em todos os seus aspectos, o mundo interior, as quatro paredes. Essa injusta e desigual relação entre homens e mulheres – as denominadas relações sociais de gênero – gera uma grande violência estrutural cotidiana, muitas vezes invisível, considerada natural, mas que chega aos maus-tratos, à agressão, a violação e até a morte.” (Cannabrava.B, 2012, p.199)

A educação para a mudança, portanto, é contra-hegemônica e necessita ser feminista, no sentido em que busca a liberdade dos seres humanos, que busca a igualdade de direitos entre os gêneros e o respeito ao direito à vida.

“A metodologia de educação popular feminista tem por base a construção coletiva do conhecimento, levando em conta aspectos objetivos e subjetivos, pois se considera que a realidade é construída pelas pessoas tanto pela via da razão como pela via da emoção. É uma forma dialógica de



educar – com base na realidade das pessoas participantes, com elas, e não para elas” (Vieira.V, 2012, p. 163)

Construir uma sociedade mais justa, que vise o fim das violências, começa pela proposta de uma educação comprometida com a criação de consciência, com a formação de atores políticos. Mulheres e homens agentes de seu próprio futuro. Assim, tendo em vista a erradicação de todas as formas de violência contra as mulheres como um dos objetivos do milênio, comprometer-se com a temática é uma das obrigações das instituições de ensino, que deve ser cobrada pela sociedade. A universidade, em especial a universidade pública, figura como uma das mais importantes instituições a contribuir com este processo de mudança.

3 O PAPEL DA UNIVERSIDADE PÚBLICA

A universidade pública, que tem como pilares o ensino a pesquisa e a extensão, possui as mais valiosas ferramentas para a transformação da sociedade por meio da educação: a pesquisa contribui para a análise da realidade e de possibilidades de intervenção; o ensino para a conscientização da necessidade dos processos de mudança; enquanto a extensão é um retorno à sociedade por meio da integração comunitária e dos programas de educação popular.

“Enquanto os “grandes debates”, os “seminários revolucionários” permanecem dentro da escola, cada vez mais isolada dos problemas reais e longe das decisões políticas, não existirá uma educação libertadora.” (Freire.P, 1994, p.5)

É preciso educar para além das salas de aula, romper com as barreiras que afastam a universidade das populações de seu entorno, que afastam a universidade do intercâmbio de saberes com as populações tradicionais e a impedem de ouvir as vozes dos oprimidos.

Sempre que se fala em extensão, logo vem à mente os projetos de extensão elaborados pelos docentes da instituição. Mas será que essa é única maneira de contribuir para a socialização dos processos de conhecimento? É clara a importância dos projetos de extensão para as comunidades/grupos em que atuam, porém, a

18º REDOR
24 a 27 de Novembro
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE
Tema: **Perspectivas Feministas de Gênero:**
Desafios no Campo da Militância e das Práticas



desvinculação destes projetos de uma política ligada à administração superior, acaba por fazer que ações na área de educação popular feminista, por exemplo, sejam apenas pontuais, dependendo mais do trabalho isolado de um educador do que do comprometimento da universidade com o fim das violências.

É necessária uma mudança da postura das universidades públicas para com a sociedade no que diz respeito ao investimento em educação popular feminista. É necessário adotar a educação popular feminista como prática constante dentro das pró-reitorias de extensão e cultura, considerando-a uma parte importante na discussão dos direitos humanos.

Assim, com a implementação de uma política voltada à promoção da igualdade de gênero, tanto dentro das salas de aula como fora delas, a universidade passa a incluir em seu plano de desenvolvimento institucional uma proposta de mudança para além dos discursos.

A experiência da Universidade Federal do Acre (UFAC) vem ilustrar a importância da inclusão dos direitos humanos nas políticas de gestão, das parcerias com governos, movimento organizado de mulheres e, sobretudo, a importância da produção concreta de ferramentas que levem a transformação.

4 A CAMPANHA ESTADUAL PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: A EXPERIÊNCIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE

Até o ano de 2012, a UFAC restringia as ações educação popular feminista a projetos isolados produzidos por professores da instituição. Dentre estes docentes podemos destacar a Profa. Dra. Margareth Edul Prado Lopes, coordenadora do Núcleo de Estudos de Gênero da Amazônia (UFAC/CNPQ):

“Eu sempre propus projetos de extensão ligados a minha militância feminista, ao meu grupo de pesquisa, mas tudo é muito difícil. É difícil ter ajuda da universidade na promoção da jornada de gênero, que faço todo ano, por exemplo. Os projetos acabam não ganhando a proporção que almejamos. Falta parceria, falta apoio financeiro. A universidade precisa se engajar mais. Parece que está melhorando”¹

¹ Entrevista concedida a Fabiana Nogueira Chaves em 26 de agosto de 2014



A partir do ano de 2012, a Pró-reitoria de Extensão e Cultura (Proex) da UFAC ativou, por meio da contratação de novos funcionários, a área de Integração Comunitária da Diretoria de Arte, Cultura e Integração Comunitária (Dacic) desta pró-reitoria, iniciando então os trabalhos voltados à promoção dos direitos humanos e estruturando o trabalho com educação popular feminista. O Pró-reitor de Extensão e Cultura da UFAC, Enock da Silva Pessoa explica que:

“Nós não tínhamos funcionários responsáveis por esta área aqui, ela não existia na prática. Com sua vinda para a Proex que nós pudemos estruturar o trabalho com educação popular. Foi uma boa coincidência também que você trouxe este trabalho pra nós, chamou isso, pois era um trabalho que você já fazia e casou perfeitamente com os objetivos da gestão. A partir daí a UFAC foi vendo que era possível e necessário investir mais em direitos humanos, e é o que estamos fazendo.”²

As primeiras ações da UFAC neste âmbito ocorreram ainda em 2012, e se constituíram em painéis e oficinas dentro da própria universidade, o tema eram as relações sociais de gênero, o público-alvo servidores e estudantes da UFAC.

Após este primeiro passo, surgiu, ainda no final do ano de 2012, uma parceria entre a UFAC e a Secretaria de Estado de Políticas para as Mulheres do Acre (Sep Mulheres). Esta primeira parceria consistia em ministrar oficinas para funcionários públicos que trabalhavam diretamente com mulheres em situação de violência doméstica e sexual no município de Rio Branco - AC, como as delegacias da mulher, polícia civil, unidades de saúde, centros de referência e assistência social, entre outros. A UFAC ficou responsável por elaborar oficinas com a temática *violências contra a mulher: a culpabilização das vítimas*.

A partir destes trabalhos, no ano de 2013, surge a possibilidade de uma parceria maior entre a UFAC e Sep Mulheres, uma parceria que propunha levar oficinas de educação popular feminista a todos os 22 municípios do Estado do Acre. O projeto a ser posto em prática era a *Campanha Estadual pelo Fim da Violência Contra a Mulher*, com o slogan *Violência contra a mulher: basta! Viver sem medo também é um direito nosso!* A partir da proposta da Sep Mulheres, consoante com

² Entrevista concedida a Fabiana Nogueira Chaves em 01 de setembro de 2014



as diretrizes adotadas pela área de integração comunitária da UFAC, o trabalho começou.

A Campanha Estadual pelo Fim da Violência contra a Mulher faz parte de um programa nacional da Secretaria da Mulher da Presidência da República, que visa erradicar todas as formas de violência contra as mulheres, com foco na violência doméstica e familiar. Os custos da campanha estadual, portanto, foram repassados a Sep Mulheres por esta secretaria federal.

Assim, iniciou a campanha, elaborada pela UFAC e Sep Mulheres, ficando a área de educação popular feminista a cargo da universidade, sendo as oficinas ministradas pela autora deste artigo. A campanha priorizou as oficinas como método didático. Para a ministração dessas oficinas utilizou a metodologia educacional baseada na pedagogia de Paulo Freire, visando à construção coletiva de conhecimento e ao despertar do senso crítico do educando por meio de suas próprias experiências.

“Oficina é uma ferramenta da psicologia social para trabalho em grupo. Configura-se como um método vivencial-reflexivo, que articula a teoria com a experiência concreta da pessoa – o pensar, o sentir e o agir -, possibilitando a elaboração coletiva e articulada de novos conhecimentos” (Souza. M.J.L, 2012, p. 167)

Dessa forma, as oficinas deveriam chegar a todos os 22 municípios do Estado do Acre, articuladas com os organismos municipais de políticas para as mulheres. As oficinas teriam duração de um ou dois dias (a depender do município). O público-alvo seria: funcionários públicos que lidam diretamente com mulheres em situação de violência, coordenadoras dos organismos municipais da mulher de cada município, movimento organizado de mulheres, secretários municipais e educadores da rede pública de ensino e demais interessados da sociedade civil.

As temáticas elencadas pela UFAC a serem abordadas nas oficinas seriam: o que é gênero, o que é o machismo, o que é feminismo e o movimento de mulheres, as diversas formas de violência sofridas pelas mulheres, as conquistas das mulheres ao longo dos anos, mulheres não possuem os mesmos direitos que os homens, dupla jornada de trabalho, o papel da mídia, a cultura do estupro, cantadas de rua



como assédio, a repressão da sexualidade da mulher, a imposição de um comportamento social padronizado para a mulher, o padrão de beleza, a violência física como ápice de uma cultura historicamente patriarcal, a violência obstétrica.

As oficinas contariam ainda com uma explicação detalhada sobre a Lei Maria da Penha e sobre os mecanismos de defesa das mulheres em situação de violência. Esse painel seria elaborado pela Coordenadora do Pacto Nacional pelo Fim da Violência contra a Mulher no Acre, Joelda Paes, da Sep Mulheres.

“Muita gente sabe que a Lei Maria da Penha existe, mas não conhece os principais artigos dessa lei, não sabe como usar. Mesmo as autoridades policiais, o pessoal da saúde que recebe as mulheres que sofreram violência, muitas vezes não sabem. O painel é para tirar todas as dúvidas e responsabilizar os órgãos públicos.”³

Além disso, as oficinas contariam também com a presença do Conselho Estadual dos Direitos das Mulheres, visando empoderar os conselhos municipais e corrigir possíveis situações de irregularidade na formação dos organismos municipais e também dos conselhos municipais, para que, a partir daquele momento, esses órgãos passassem a ter uma atuação efetiva em defesa dos direitos das mulheres.

Assim, após muitos meses de planejamento e articulações, iniciou-se a Campanha pelo fim da violência contra a mulher no Acre, que foi lançada em 28 de novembro de 2013 no Teatro Universitário da UFAC, como forma de selar o comprometimento da reitoria para com a educação popular feminista.

O ato solene contou com a presença da reitora em exercício, Margarida Aquino Cunha, e de diversas autoridades, dentre elas da Secretária de Estado de Políticas para as Mulheres, Concita Maia. Concita ressalta a importância das parcerias para efetivação dos resultados deste tipo de campanha

“Vejo que a Sep Mulheres acertou em chamar a UFAC para a parceira na campanha estadual pelo fim da violência contra a mulher. Vocês estavam iniciando os trabalhos na área de direitos humanos das mulheres e tem uma mestra que trabalha justamanete na área de educação popular feminista. O

³ Entrevista concedida a Fabiana Nogueira Chaves em 02 de agosto de 2014



nome da UFAC nas oficinas dá um peso maior em nossa campanha. (...) Essa, com certeza, será apenas a primeira parceria de muitas outras que virão.”⁴

A abertura da campanha representou um marco histórico para a UFAC. Ali, a reitoria se comprometeu a incluir as políticas de gênero no plano institucional de desenvolvimento da instituição e no planejamento estratégico da UFAC, garantindo não só apoiar a parceria entre Proex e Sep Mulheres, mas também participar das oficinas de educação popular feminista nos municípios do interior do acre, tarefa que foi cumprida pela vice-reitora da UFAC, Margarida de Aquino Cunha.

“Não pude comparecer a todas as oficinas, mas fui em todas que pude. A gente vê que o trabalho é muito importante. Trabalhar com parceiros amplia os horizontes de todos, o trabalho fica melhor, mais completo. Eu posso dizer que também aprendi muito, parei pra pensar em coisas que antes não havia pensado (...) A UFAC, como instituição de educação, tem o dever de abraçar a bandeira pelo fim de todas as formas de violência contra as mulheres e, depois dessa campanha, nós vamos continuar com essa luta. A reitoria da UFAC abraçou a causa.”⁵

Até o mês julho de 2014, 17 dos 22 municípios do Acre já haviam recebido as oficinas. Os cinco municípios faltantes só poderão ser atendidos após o termino do período eleitoral. A Secretária Estadual de Políticas para as Mulheres, Concita Maia, realiza um balanço geral dos trabalhos realizados até aqui:

“O resultado foi maravilhoso. Nós vemos as pessoas perguntando, querendo aprender para ajudar os familiares, para poderem atender melhor. As oficinas que a UFAC montou também ficaram ótimas, numa linguagem acessível, com vídeos, mostrando exemplo da televisão. Sem a parceria o trabalho da Sep não teria sido tão eficaz. E, mesmo assim, nós podemos ver como esta área ainda precisa de investimento, como as pessoas são carentes de informação, de ajuda, como nós ainda precisamos trabalhar, voltar nos municípios (...) principalmente nos municípios do interior, que a gente só chega de avião ou de barco”⁶

As oficinas foram elaboradas especificamente para cada um dos municípios, levando em consideração os aspectos culturais da comunidade (muitos municípios

⁴ Entrevista concedida a Fabiana Nogueira Chaves em 09 de setembro de 2014.

⁵ Entrevista concedida a Fabiana Nogueira Chaves em 03 de setembro de 2014

⁶ Entrevista concedida a Fabiana Nogueira Chaves em 09 de setembro de 2014.



acrianos apresentam grande percentual populacional de indígenas), o tempo de oficina, o público presente e demais especificidades locais.

5 A UFAC PELO FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

A partir deste trabalho, a UFAC pôde dar conta da necessidade de investir no setor de direitos humanos e priorizar entre eles os direitos humanos das mulheres, incluindo esta temática em projetos de educação e extensão.

Em 2012, a administração superior da UFAC já havia traçado um mapa de planejamento estratégico que colocava a questão dos direitos humanos e da pluralidade dentre os principais valores da instituição, porém, somente com o decorrer do tempo, projetos mais específicos para a promoção destes valores foram ganhando corpo.

O reitor da UFAC, Minoro Martins Kinpara, afirma que parcerias como as realizadas com a Sep Mulheres ajudaram a UFAC a dar um pontapé inicial em projetos que estavam apenas no papel, a impulsionar uma política de gestão voltada para a igualdade de gênero.

“No início da gestão nós já iniciamos nosso planejamento estratégico, e dentre os nossos valores estavam, desde sempre, o foco nos direitos humanos e na pluralidade. Porém, ainda não tínhamos abordado especificamente a questão da violência contra a mulher, não havíamos pensado em focar nisso. Quando a campanha começou, lançada aqui na UFAC, a Guida indo lançar a campanha em Cruzeiro do Sul, aquele reboleio todo ... a gente pensou: opa, precisamos mesmo investir em educação para o fim da violência contra a mulher. A nossa vice-reitora voltou das oficinas com várias ideias e nós colocamos em prática dentro do planejamento estratégico, dentro dos projetos. Queremos ser propositivos”.⁷

Dentre estes projetos, podemos citar o *UFAC na Comunidade*, específico para a Pró-reitoria de Extensão e Cultura. Os quatro eixos principais deste grande projeto são: Direitos Humanos, Saúde, Meio Ambiente e Educação, que é transversal a todos as áreas anteriores. Pelo *UFAC na Comunidade* a universidade poderá continuar o trabalho iniciado por meio da parceria com a Sep Mulheres,

⁷ Entrevista concedida a Fabiana Nogueira Chaves em 04 de setembro de 2014

18º REDOR
24 a 27 de Novembro
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE
Tema: **Perspectivas Feministas de Gênero:**
Desafios no Campo da Militância e das Práticas



promovendo educação popular feminista em todos os municípios do Acre, para os mais diversos públicos. Daniel Pena, diretor de gestão institucional da UFAC explica um pouco mais sobre o UFAC na Comunidade:

O UFAC na Comunidade é um grande projeto da UFAC que foi elaborado já em 2014 e vai atender todos os municípios do Acre. Por meio deste projeto a Proex vai poder realizar, por exemplo, um levantamento sobre a violência doméstica em cada município e ter autonomia para realizar medidas educativas para ajudar aquele município, com oficinas, com capacitações junto à prefeitura, ONGs, enfim... Nós estamos aperfeiçoando esse projeto, e os outros também, constantemente.⁸

Assim, a UFAC poderá garantir a produção de oficinas de educação popular feminista para os mais diversos públicos, em todos os municípios do Acre, por meio da Diretoria de Arte, Cultura e Integração Comunitária da Pró-reitoria de Extensão e Cultura.

Outro fator importante a ser ressaltado, é que o *UFAC na Comunidade* busca reunir todos os projetos de extensão elaborados por docentes da universidade em eixos temáticos e direcioná-los de acordo com as necessidades elencadas pela Proex, promovendo assim, uma maior aproximação das ações de extensão desenvolvidas pela universidade e uma assistência mais específica para cada projeto.

O Pró-reitor dessa pasta, Enock da Silva Pessoa, fala com entusiasmo sobre o *UFAC na Comunidade* e sobre a influência da campanha estadual pelo fim da violência contra a mulher no direcionamento dos projetos:

“Se não fosse a gente ter uma funcionária engajada na causa do fim da violência contra as mulheres e ter tido essa campanha estadual, em que fomos parceiros da Sep Mulheres, se não fosse isso, nosso projeto não ia ser tão abrangente. Podia ser que nós não aprofundássemos na questão específica da mulher. Não por falta de interesse, mas por falta de conhecimento de alguns pontos, por falta de alguém que encabeçasse os trabalhos com educação popular feminista. Que bom que nós temos, e vamos fazer”.⁹

⁸ Entrevista concedida a Fabiana Nogueira Chaves em 02 de setembro de 2014

⁹ Entrevista concedida a Fabiana Nogueira Chaves em 01 de setembro de 2014

De acordo com os apontamentos e análises abordados neste trabalho, bem como por meio das experiências da Universidade Federal do Acre, podemos concluir que uma universidade comprometida com a igualdade de gênero e com a educação para a transformação da realidade das mulheres, necessita inserir nas políticas da administração superior, pautas específicas para esta finalidade.

É necessário que essas políticas, ligadas diretamente a reitoria, fomentem projetos que possam tirar do papel palavras bonitas como direitos humanos e igualdade para colocá-las em prática por meio de ferramentas reais de educação, tanto dentro das salas de aula, quanto fora delas, em ações de extensão. Para tanto, o movimento de mulheres das universidades carece se unir e pressionar os dirigentes para a nomeação de docentes engajadas para cargos relacionados aos direitos humanos dentro das pró-reitorias de extensão, o que torna a igualdade de gênero e a educação popular um trabalho permanente.

Os projetos de extensão realizados pelos docentes são de extrema importância, porém sem uma rede de trabalho articulada entre eles, os mesmos acabam por promover trabalhos insipientes e/ou pontuais. A articulação dos projetos de extensão por eixos temáticos, com um núcleo estável, otimiza os resultados dos trabalhos e os direciona de acordo com as necessidades das comunidades. Assim, a criação de eixos de extensão em gênero e feminismo fortalece o movimento de mulheres dentro das universidades, propiciando uma prestação de serviço mais eficaz à sociedade, principalmente no que concerne à educação popular feminista.

Outro ponto a ser ressaltado é a importância de as políticas de igualdade de gênero iniciarem dentro da própria formatação da gestão da administração superior das universidades, com uma distribuição quantitativa igualitária entre homens e mulheres para os cargos de chefia.

A experiência da UFAC deixa clara a necessidade de união do movimento de mulheres nas universidades e do diálogo direto com as reitorias para que as universidades possam cumprir seu papel de agente de transformação social, lutando contra todas as formas de violência sofridas pelas mulheres por meio da educação.

